



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

---

**PORTARIA Nº 002/2023**  
**INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**

Considerando o encaminhamento ao Ministério Público de Contas de denúncia sobre possíveis irregularidades e ilegalidades na gestão de recursos públicos referentes à área da saúde do Município de Divinópolis;

Considerando a ausência de plano municipal de saúde 2022/2025, em possível violação do art. 4º, III e parágrafo único da Lei nº 8.142/1990;

Considerando a aparente insuficiência de médicos no sistema municipal de saúde de Divinópolis;

Considerando que, a partir dos documentos enviados e de informações apuradas pelo Ministério Público de Contas em diligências internas, verificou-se que há verossimilhança na narrativa fática apresentada pela denunciante;

Considerando a necessidade de complementar os dados já coletados, como forma de preparação para a atuação deste órgão ministerial no exercício de suas atribuições, sobretudo quanto à tutela do interesse público;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, inciso VI, da Constituição da República; 67, inciso I, alínea b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 4º, inciso I, §1º e §3º, da Resolução MPC-MG nº 14/ 2019<sup>1</sup>;

---

<sup>1</sup>Art. 4º - Realizado o juízo positivo de admissibilidade, o Procurador do Ministério Público de Contas poderá:

I – instaurar Procedimento Preparatório – PP;

§1º - O PP será instaurado, exclusivamente, para colher elementos para identificação do denunciado ou do objeto, para fins de, antes da instauração do IC ou da adoção de outras providências cabíveis, complementar a informação ou documentação recebida.

§3º - O membro do Ministério Público de Contas poderá instaurar, de ofício, IC ou PP, caso tome conhecimento de fato passível de apuração relacionada às suas atribuições.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

---

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, para apurar eventuais ilegalidades quanto à ausência de plano municipal de saúde 2022/2025, em possível violação do art. 4º, III e parágrafo único da Lei nº 8142/1990, e de aparente insuficiência de médicos no sistema municipal de saúde de Divinópolis.

DETERMINO a expedição de ofício requisitório direcionado ao Prefeito Municipal de Divinópolis, gestão 2021/2024, Sr. Gleidson Azevedo, para que apresente, no prazo de 30 dias, os seguintes esclarecimentos e documentos:

- a) quantos processos seletivos foram realizados em 2021 para a contratação de médicos no município;
- b) qual o número de vagas e as especialidades médicas ocupadas atualmente;
- c) quais as medidas estão sendo adotadas para manter a continuidade do serviço público de saúde e informar se pretende realizar concurso público para provimento dos cargos de médicos, uma vez que, de acordo com o CAP-MG, mais da metade das vagas prevista na Lei municipal nº 6.655/2007 estão desocupadas;
- d) se há outros prestadores de atendimento médico, como consórcios, que prestam serviços aos munícipes, e como essa demanda é atendida;
- e) qual a justificativa para a demora e quais medidas estão sendo adotadas para a conclusão do Plano de Saúde 2022/2025.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2023.

**DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES**

Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais  
(Documento assinado digitalmente)